

TJM-SP

Contador Judiciário



Editais verticalizados

Tribunal de Justiça Militar
do Estado de São Paulo

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).

Sinônimos e antônimos.

Sentido próprio e figurado das palavras.

Pontuação.

Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.

Concordância verbal e nominal.

Regência verbal e nominal.

Colocação pronominal.

Crase.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios.

Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático (que envolva, dentre outros, conjuntos numéricos racionais e reais – operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal, conjuntos numéricos complexos, números e grandezas proporcionais, razão e proporção, divisão proporcional, regra de três simples e composta, porcentagem); raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição Federal. Administração Pública: arts. 37 a 43.

Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: arts. 70 a 75.

Poder Judiciário: arts. 92 a 98.

Autonomia Administrativa e Financeira do Judiciário: art. 99.

Precatórios: art. 100.

Sistema Tributário Nacional: arts. 145 a 162.

Finanças Públicas: arts. 163 a 169.

Constituição do Estado de São Paulo.

Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: arts. 32 a 36.

Poder Judiciário: arts. 54 a 68.

Administração Pública: arts. 111 a 116.

Obras, Serviços Públicos, Compras e Alienações: arts. 117 a 123.

Servidores Públicos: arts. 124 a 137. Finanças: arts. 169 a 173.

Orçamentos: arts. 174 a 176.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitações e contratos administrativos.

Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade de licitação.

Procedimentos, anulação e revogação de licitação.

Modalidades de licitação.

Lei Federal nº 8.666/1993.

Pregão.

Lei Federal nº 10.520/2002. Decreto Estadual nº 47.297/2002.

Decreto Estadual nº 49.722/2005.

Sistema de Registro de Preços. Decreto Estadual nº 63.722/2018.

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Lei Federal nº 4.320/1964 (normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços).

Lei Estadual nº 10.320/1968 (sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária).

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei Estadual nº 17.293/2020 (medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas).

Lei Federal nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais contra as Finanças Públicas).

Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Resoluções CNJ nº 102/2009 – atualizada (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado043247202007075f03faef4424d.pdf>) e nº 195/2014 – atualizada (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado2007582021082061200b9e38f7f.pdf>).

Precatórios.

Resolução CNJ nº 303/2019 – atualizada (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1834442022122063a2004496cc1.pdf>) Provisões de encargos trabalhistas.

Resolução CNJ nº 98/2009 – atualizada (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado001816202007095f0662484df52.pdf>) e nº 169/2013 – atualizada (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado180210202001275e2f25a29e511.pdf>).

Acesso à Informação. Lei Federal nº 12.527/2011.

Resolução CNJ nº 215/2015 – atualizada (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado2145132023031664138de98e4b5.pdf>).

Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo. Lei Estadual nº 10.261/1968: arts. 239 a 323.

CONTABILIDADE GERAL

Patrimônio: conceito, bens, direitos e obrigações, patrimônio líquido. Conta: determinação dos débitos e dos créditos, contas correntes. Escrituração: livros obrigatórios, métodos de escrituração, partidas dobradas. Elaboração das demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/1976: conceito, obrigatoriedade, conteúdo, forma de apresentação, elaboração e critérios de contabilização. Levantamento de balancetes periódicos. Análise das demonstrações financeiras: índices de liquidez, endividamento, rotação de estoques, quocientes de imobilização de capital, cobertura total e rentabilidade.

AUDITORIA INTERNA

NBC TI 01 - Da Auditoria Interna. Conceituação e objetivos. Papéis de trabalho. Fraude e erro.

Planejamento da Auditoria Interna. Riscos da Auditoria Interna. Procedimentos da Auditoria Interna. Amostragem. Relatório da Auditoria Interna.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Conceituação, objeto e campo de aplicação.

Composição do Patrimônio Público: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Variações patrimoniais qualitativas e quantitativas.

Receitas e despesas sob o enfoque patrimonial.

Resultado patrimonial.

Mensuração de ativos. Ativo imobilizado. Ativo Intangível.

Reavaliação e redução ao valor recuperável.

Depreciação, amortização e exaustão.

Mensuração de passivos.

Provisões. Passivos contingentes.

Despesa pública: conceito, estágios e classificações.

Receita pública: conceito, estágios e classificações.

Execução orçamentária e financeira.

Regime Contábil.

Adiantamentos: conceito, concessão, aplicação, comprovação e contabilização.

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP: aspectos gerais do PCASP (conceito, objetivo, alcance e prazo de implantação), estrutura do PCASP (natureza da informação contábil, código da conta contábil, atributos da conta contábil, crédito empenhado em liquidação, regras de integridade do PCASP) e registros/lançamentos na contabilidade pública.

Demonstrações Aplicadas ao Setor Público: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração do fluxo de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas.

Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP).

Estrutura Conceitual.

NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

NBC TSP 04 - Estoques.

NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento.

NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado. NBC TSP 08 - Ativo Intangível.

NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

NBC TSP 10 - Redução ao

Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados.

NBC TSP 16 – Demonstrações Contábeis Separadas.

NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas. NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

NBC TSP 25 - Evento Subsequente. NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.

Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 8ª edição (Portaria STN nº 766, 15/09/17 -

Versão atualizada em 29/12/17).

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição

(Portaria conjunto STN/SOF nº 02 de 22/12/16 e Portaria STN nº 840 de 21/12/16 -

Versão atualizada em 02/06/17).

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Noções básicas sobre tributos.

Impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.

Retenções na fonte e recolhimentos realizados pela administração pública.

Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ).

Imposto de renda retido na fonte (IRRF).

Decreto Federal nº 9.580/2018 (RIR): arts. 714 a 719.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: art. 55, anexo I, do RICMS (isenção dos órgãos da administração pública estadual).

Imposto sobre serviços (ISS).

Decreto Municipal nº 53.151/2012: retenção de ISS.

Retenção de contribuição previdenciária (INSS).

Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022: arts. 108 a 134.

Lei Complementar nº 123/2006: retenção de tributos de microempresa, empresa de pequeno porte e Microempreendedor individual - MEI.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Administração Pública.

Princípios constitucionais relativos à administração pública. Probidade e discricionariedade administrativa.

Orçamento público. Conceitos, diretrizes e princípios orçamentários.

Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

Ciclo orçamentário (elaboração, aprovação, execução e avaliação).

Processo de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Receita e despesa orçamentária.

Conceituação, classificação e estágios da receita e despesa orçamentária.

Restos a pagar.

Despesa de exercícios anteriores.

Regime de adiantamento.

Créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários).

Dívida ativa. Fonte e destinação de recursos.

Classificações orçamentárias.

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza.

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes.

Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.

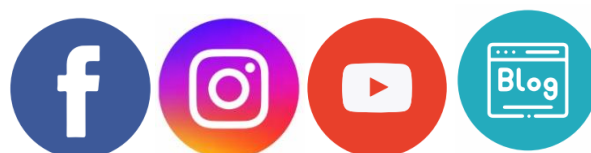
Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.

Conta Única do Tesouro: conceito e previsão legal.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!